

# Emendas aprovadas terão vigência imediata

BRASÍLIA — Cada proposta da revisão constitucional terá na verdade três etapas para conseguir entrar em vigor de imediato: passar por duas votações no plenário do Congresso e ainda obter aprovação num “requerimento de promulgação” que também deve ser aprovado pela maioria dos deputados e senadores. É o requerimento que permite a chamada “promulgação salame” — fazer vigorar as propostas da revisão imediatamente após a sua promulgação. O “salame” está previsto no regimento do Congresso Revisor, mas sua aplicação dependerá dos líderes partidários.

— Ainda não acertamos como isso será usado. Acredito que vamos deixar a maior parte para pro-

mulgar no fim dos trabalhos — afirmou o relator, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS).

Antes da promulgação, Jobim quer decidir o que deve ser votado. Ele se reúne hoje com os líderes partidários e deve levar mais uma proposta: a do Fundo Social de Emergência, um pedido do Governo para ser incluído nos pontos principais a serem votados esta semana. Por enquanto, não há acordo. Segundo o líder do PFL no Senado, Marco Maciel (PE), a pauta inclui o o mandato presidencial; alistamento militar; imunidade parlamentar; ação de impugnação de mandato; lei das inelegibilidades; medidas provisórias; alistamento militar; e nacionalidade.